

REPRESENTAÇÃO INDÍGENA E COLONIALIDADE NA IMPRENSA BRASILEIRA: O CASO DA REVISTA VEJA

INDIGENOUS REPRESENTATION AND COLONIALITY IN THE BRAZILIAN PRESS:
THE CASE OF VEJA MAGAZINE

Carla Leila Oliveira Campos¹, Jaqueline Tavares Anderson²

¹ Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Alfenas, MG, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-5960-7323>
carla.oliveira@unifal-mg.edu.br

² Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Alfenas, MG, Brasil
<https://orcid.org/0009-0006-7413-0803>
jaqueline.anderson@sou.unifal-mg.edu.br

Recebido em (data inserida pelos editores)

Aceito em (data inserida pelos editores)

Resumo: O objetivo geral deste trabalho é analisar a representação da causa indígena em três reportagens da revista *Veja* sobre o Acampamento Terra Livre em 2022 (Dall'Agnol, 2022a, 2022b; Silva, 2022). Este tema se faz relevante tendo em vista o contexto atual de muitas mobilizações políticas dos povos indígenas no Brasil, reivindicando direitos e justiça social para seus povos. Assim, é pertinente investigar como as notícias acerca dessas lutas têm sido veiculadas e quais discursos têm sido propagados sobre esses povos. Para a análise, embasamo-nos na abordagem decolonial de pesquisa de Mignolo (2017) e Quijano (2005) e na Análise de Discurso, especialmente nos trabalhos de Orlandi (2009; 1993) e Maingueneau (1997; 2005; 2015). Em relação aos aspectos formais dos textos que compõem nosso *corpus*, adotamos como categorias de análise marcas da heterogeneidade enunciativa, propostas por Authier-Revuz (2012), que dão conta da presença de outras vozes nos discursos, além da do sujeito enunciador. Para a análise da tecitura textual, utilizamos, dentre essas marcas, categorias da heterogeneidade mostrada, conforme propostas por Maingueneau (1997). Como resultado, verificamos a reprodução de formações discursivas coloniais e racistas, na medida em que não foi concedido espaço de fala para os indígenas e que suas pautas foram, muitas vezes, colocadas em segundo plano para se abordar temas sobre a disputa eleitoral de 2022.

Palavras-chave: Discurso. Representação indígena. Colonialidade.

Abstract: This paper aims to analyze the representation of the indigenous cause in three articles in *Veja* magazine about the Free Land Camp in 2022 (Dall'Agnol, 2022a, 2022b; Silva, 2022). This topic is relevant given the current context of many political mobilizations by indigenous peoples in Brazil, demanding rights and social justice for their peoples. It is therefore pertinent to investigate how news about these struggles has been broadcast and what discourses have been propagated about these peoples. For the analysis, we used the decolonial research approach of Mignolo (2017) and Quijano (2005) and Discourse Analysis, especially the work of Orlandi (2009; 1993) and Maingueneau (1997; 2005; 2015). With regard to the formal aspects of the texts that make up our *corpus*, we adopted as analysis categories marks of enunciative heterogeneity, proposed by Authier-Revuz (2012), which account for the presence of other voices in the discourses, in addition to that of enunciating subject. To analyze the texts, we used, among these marks, categories of heterogeneity shown, as proposed by Maingueneau (1997). As a result, we found the reproduction of colonial and racist discursive formations, since that indigenous people were not given space to speak, and their agendas were often put on the back burner in order to address issues relating to the 2022 electoral dispute.

Keywords: Discourse. Indigenous representation. Coloniality.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, visamos compreender a representação da causa indígena no Brasil em três reportagens sobre o Acampamento Terra Livre, publicadas em 11 e 12 de abril de 2022 pela revista *Veja*. Os textos midiáticos disseminam informações e exercem papel relevante na constituição da sociedade, assim como sofrem influências das instituições e da estrutura social na qual se inserem. Além disso, carregam discursos que revelam as memórias compartilhadas coletivamente no processo de nossa formação histórica, nos contextos político e social, apresentando a posições de sujeitos inscritos em posições sociais e conjunturas históricas específicas (Maingueneau, 2015).

O Brasil é um país originalmente composto por vários povos, de etnias e costumes diferentes. No século XVI, portugueses invadiram as terras brasileiras e iniciaram o processo de colonização, passando a explorar e a dominar o local e os povos que aqui viviam. A denominação dos povos originários das Américas como “índios”, segundo Luciano (2006) e Rosa (2015), deu-se por um erro náutico, quando, em 1492, navegações comandadas por Cristóvão Colombo, em viagem com destino às Índias, enfrentaram fortes tempestades e acabaram se desviando de sua rota. Colombo então registrou erroneamente sua chegada às índias. Essa denominação perdurou, tendo, para muitos brasileiros brancos, um valor pejorativo, associado a uma população sem cultura, sem civilização, preguiçosa, atrasada (Luciano, 2006).

Com a chegada dos portugueses ao solo de nosso país, iniciou-se a sua ocupação, que, posteriormente, foi feita também por outros europeus. Essa invasão estruturou a colonização e uma guerra contra os povos originários, os quais foram explorados, aculturados e mortos, pois eram considerados inferiores aos colonizadores, selvagens que deveriam ser usados para servir aos interesses dos europeus. Em 1822, foi proclamada a independência do Brasil em relação a Portugal, findando, assim, a colonização. Todavia as consequências dessa circunstância histórica perduram e as cicatrizes dos processos de opressão permanecem até hoje, o que chamamos de colonialidade (Quijano, 2005; Mignolo, 2017). Percebemos, portanto, que o processo de descolonização, por meio do qual as colônias se tornaram independentes das metrópoles, não foi suficiente para curar as feridas coloniais. Por

isso, o decolonialismo se apresenta como importante abordagem no combate aos efeitos nefastos da colonização.

Assim, em contestação ao pensamento colonial, a abordagem decolonial de pesquisa surge com o compromisso de criticar as violências e desigualdades resultantes da colonização e da modernidade (Mignolo, 2017). Filiamo-nos ao pensamento decolonial a fim de responder o seguinte questionamento: como os sentidos construídos em reportagens da revista *Veja* representam a causa indígena na cobertura do Acampamento Terra Livre de 2022?

A relevância do tema se manifesta tendo em vista o contexto atual de muitas mobilizações políticas dos povos indígenas no Brasil, reivindicando direitos e justiça social para seus povos. Assim, é pertinente investigar como as notícias acerca dessas lutas têm sido veiculadas e quais discursos têm sido propagados sobre esses povos.

Pesquisas anteriores sobre o tema demonstraram uma imagem estereotipada e racista do indígena sendo propagada pela mídia, por jornalistas despreparados (Barbosa, 2010). Em estudo realizado sobre a mídia pernambucana, Melo (2003) observou que os povos originários eram tratados e retratados associados à violência, verificando-se ainda processos de silenciamento e exclusão dos indígenas. Rubim (2021), por sua vez, comparando reportagens dos anos 90 e 2000, percebeu uma mudança na forma de representar os indígenas nesses textos, pois, com o aumento do acesso à internet e uso das redes sociais, os indígenas alcançaram maior espaço de fala, já que houve uma facilitação do uso direto dos meios de comunicação.

Com este trabalho, pretendemos contribuir com essas pesquisas, trazendo a discussão para 2022, com análise de reportagens da revista *Veja*, importante meio de comunicação da mídia hegemônica do Brasil. Para tanto, fundamentamo-nos no arcabouço teórico e metodológico da Análise de Discurso Francesa, para compreender como se dá a representação da causa indígena pela revista. A revista *Veja* está em circulação, na versão física, desde 1968 e, em 1997, foi inaugurada sua versão virtual (Os 50 Anos, 2018), sendo a revista digital com maior número de assinantes mensais, com total de 1.261.173 pessoas com acesso ao conteúdo digital pago (Grupo de Mídia, 2021). Além disso, o grupo Abril, que publica a revista, conta com mais de 96 milhões de visualizações mensais em suas páginas na internet e mais de 52 milhões de usuários (Grupo Abril, [2022]).

Nesse sentido, é inegável o papel que a revista exerce na produção e circulação de material simbólico e, conseqüentemente, na produção de sentidos e imaginários sociais. A mídia de forma geral, pelo seu alto poder de produção e distribuição de textos, exerce um importante papel na construção de nossas visões de mundo, sendo que, muitas vezes, não nos questionamos de que tais textos trazem uma ótica possível sobre o real, inscrita em formações discursivas e formações ideológicas específicas (Orlandi, 2009).

Com o intuito de analisar esses processos de representação, adotamos como categorias de análise dos textos a heterogeneidade enunciativa, perspectiva desenvolvida por Maingueneau (1997), baseado nos estudos de Authier-Revuz (1982), para perceber a presença das vozes que atravessam a materialidade linguística.

O artigo está organizado nas seguintes seções: Colonialismo e racismo – reflexos na mídia, Análise do Discurso – pressupostos teórico-metodológicos e a análise das reportagens. Em um primeiro momento, discorreremos sobre o arcabouço teórico da pesquisa em relação aos temas: colonialismo, colonialidade e decolonialidade, racismo e representação indígena na literatura e na mídia. Posteriormente, apresentamos o quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso e, por fim, passaremos à análise das reportagens.

COLONIALISMO E RACISMO: REFLEXOS NA MÍDIA

A colonização do Brasil ocorreu entre o século XVI e o início do século XIX. Portugal foi o primeiro e o país que mais explorou o local, mas outros povos vieram e se juntaram aos portugueses: os holandeses, os italianos e os alemães também tomaram parte do território e dominaram os costumes aqui já instalados. Diante dessa invasão, a população que originalmente habitava essas terras foi colocada em uma situação de dependência e de inferioridade em relação aos colonizadores.

Para que o sistema colonial se instalasse e perdurasse, alguns mecanismos de domínio foram utilizados, o que Quijano (2005) denominou como Matriz Colonial do Poder (*"Patrón colonial de poder"*): controle sobre a economia, a autoridade, o gênero e a sexualidade, o conhecimento e a subjetividade. Todos esses âmbitos da vida

coletiva e individual foram dominados para que o colonizador conseguisse controlar o colonizado e o poder exercido era alicerçado em fundamentos raciais, patriarcais e teológicos (Mignolo, 2017; Quijano, 2005), ou seja, ideias racistas, machistas, eurocentradas e discriminatórias foram disseminadas propositalmente na sociedade, para naturalizar e fortalecer a colonização.

O colonialismo – a imposição de uma cultura sobre a outra, por meio da exploração e do controle – teve início no Brasil no ano de 1530. Em 1822, foi proclamada a independência do país, extinguindo a condição formal de colônia de Portugal. A descolonização, contudo, não extinguiu as consequências do processo de colonização, pois persistiram e perpetuaram-se os pensamentos discriminatórios enraizados desde aquela época. O termo “colonialidade” foi introduzido por Quijano, para denominar a lógica subjacente da modernidade, que carrega efeitos da colonização até hoje (Mignolo, 2017; Quijano, 2005).

Por outro lado, surge também um movimento contrário à colonialidade, fortalecendo o pensamento decolonial, o qual critica a modernidade e o capitalismo, luta contra as desigualdades criadas, os preconceitos remanescentes e todas as violências perpetuadas por causa das opressões coloniais. Esta abordagem de pesquisa problematiza, portanto, as violências sofridas e a manutenção de condições colonizadoras, além de ter o propósito de libertar a produção de conhecimento da episteme eurocêntrica (Reis; Andrade, 2018).

Conforme Quijano (2005), a ideia de repartir a população em “raças” foi o primeiro instrumento criado para estimular o colonialismo, por meio da hierarquização das pessoas, já que a ideia de raças não era conhecida antes da América. Os negros e os indígenas foram inferiorizados para serem utilizados como força de trabalho, sem que houvesse remuneração por isso, já que o salário era privilégio dos brancos. Os povos originários foram contaminados por doenças, expulsos de seus lares, mortos em conflitos violentos e, os que sobreviveram, foram submetidos à escravidão pelos colonizadores.

Em decorrência do tratamento discriminatório surgido pela classificação em raças, instalou-se o racismo no Brasil. O racismo não deve ser entendido como um elemento individual, mas sim estrutural e coletivo, com atenção aos fatores políticos usados para naturalizar e legitimar desigualdades (Almeida, 2018). A perpetuação das

discriminações para além da época colonial se dá por meio do imaginário social, o qual é reforçado pelas mídias, pelo sistema educacional e pela indústria cultural. Van Dijk (2010, p. 135) explica que os preconceitos pressupõem “representações mentais socialmente compartilhadas e negativamente orientadas acerca de Nós sobre Eles”. Assim, por meio da cultura e das ideias coletivamente instituídas, o racismo se solidificou no Brasil.

Para refletirmos acerca da construção do imaginário social e da disseminação de crenças que alimentam a cultura racista do país, temos que considerar a influência da mídia e dos livros: transmissores de informações e do conhecimento, os quais perduram pelo tempo e são repassados de geração em geração. Os meios de comunicação de massa alcançam uma grande quantidade de pessoas e têm o poder não só de influenciar, mas também de controlar como e quais notícias chegam até os interlocutores.

Como já mencionado, o racismo em relação aos povos originários foi construído socialmente e persiste desde a colonização até os dias atuais. A imagem do indígena descrita nos livros e veiculada nas mídias é carregada de representações discriminantes coletivamente compartilhadas. Rosa (2018) pesquisou na literatura brasileira como os indígenas são descritos. Os textos mostram os povos originários como selvagens, canibais, apresentam estereótipos racistas e ideias romantizadas de sujeitos domesticáveis e dependentes. A autora concluiu que os escritos pós-colonização incentivam o menosprezo ao diferente, a repulsa pelos povos originários, por terem tradições não condizentes com costumes europeus.

Ainda nos livros, observou-se a falta de espaço para o indígena falar por si só, aparecer ativamente nos textos e narrar suas próprias histórias (Melo, 2003). Na literatura indianista, por exemplo, desde José de Alencar a Gonçalves Dias, percebemos um desejo de representação da cultura indígena “de acordo com os pressupostos de matriz ocidental que justificavam a colonização”, em que o indígena, representado sem subjetividade, “poderia integrar-se à civilização, aos costumes religiosos predominantemente difundidos pelos portugueses” (Dorrico, 2018, p. 234).

O poder de fala também não era dado aos povos indígenas na mídia televisiva, como Dutra (2009) verificou: a terminologia “povos da floresta” era utilizada homogeneizando diferentes grupos e descaracterizando cada um deles

individualmente. Nesse sentido, como verificado em pesquisas anteriores, os povos indígenas tiveram negado o acesso aos espaços públicos de fala, tendo outras pessoas como portadoras de suas vozes, resultando em histórias perdidas e pessoas invisibilizadas.

Nesse contexto, destacamos as representações estereotipadas e desprezantes dos indígenas tanto nos livros (literatura e didáticos) como nas mídias. Os povos originários foram, por diversas vezes, descritos como ingênuos, sem iniciativa, precisando da “ajuda” do branco para sobreviver. As notícias enfatizavam o exotismo, a selvageria e uma imagem violenta desses povos. Outras vezes, eram retratados como inocentes e seres sem autonomia, que precisavam de tutela (Rubim, 2021).

O autor aponta uma transformação na forma da representação indígena nas mídias, ao comparar os anos 1990 e os anos 2000. Com o avanço da internet, os jornais passaram a ter a versão *on-line* e as redes sociais se tornaram palco para as minorias, já que não precisam de mediadores na transmissão de informação (mídia alternativa à tradicional). Essa transição, articulada pelas mobilizações indígenas, contribuiu para a mudança da imagem desses povos nos meios de comunicação. A partir dos anos 2000, os indígenas ficaram mais evidentes nas notícias e ocuparam um lugar de mais autonomia e poder da palavra, não dependente do outro (Rubim, 2021).

Observa-se, portanto, que houve uma mudança na forma de representação dos indígenas, especialmente em alguns meios digitais e não tradicionais de comunicação, como as redes sociais, por exemplo. Nesses espaços de comunicação que, diferentemente da grande mídia, muitas vezes não se adotam padrões editoriais hegemônicos associados a posicionamentos de poder, surge a possibilidade de que grupos até então sem voz possam criar conteúdo e “falar” por si mesmos.

A revista *Veja*, *corpus* desta pesquisa, pode ser classificada como representante da grande mídia. O periódico tem ainda o maior número de assinantes mensais no formato digital (Os 50 anos, 2018), o que revela seu potencial de disseminar informações e visões de mundo, contribuindo para a constituição das representações socialmente compartilhadas, por meio do imaginário social. Para realização da análise de reportagens, utilizamos os pressupostos teórico-metodológicos da análise do discurso, os quais serão apresentados a seguir.

ANÁLISE DE DISCURSO: PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A Análise de Discurso é um campo de estudos interdisciplinar que articula o linguístico e o social, buscando compreender como um texto revela uma posição sócio-histórica, influenciada pelas relações de poder e ideológicas. Nessa perspectiva, o uso da língua passa a ser estudado de forma contextualizada, enriquecendo as pesquisas sociais, tendo ênfase no Brasil a partir de 1980 (Fernandes, 2008).

Utilizamos neste artigo a vertente francesa da Análise do Discurso, a qual realça questões de produção identitária e processos de subjetivação, construindo sujeitos por meio de discursos. O quadro teórico de abordagem da Análise de Discurso utiliza teorias de diferentes campos do saber, tendo como as três principais referências o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso, para buscar compreender os efeitos de sentido da conjuntura histórica e social no discurso (Fernandes, 2008).

A Análise do Discurso, de acordo com Orlandi (2009), propõe um dispositivo teórico (princípios gerais), cabendo ao pesquisador construir seu dispositivo analítico, em função de vários fatores: a questão inicial proposta, a natureza do material, a finalidade de análise, disso dependendo o alcance das conclusões. Ao inscrever nossa pesquisa nesse quadro teórico, preocupamo-nos com o processo de construção social da realidade, em uma concepção que considera que todo discurso se localiza em uma estrutura sócio-histórica específica, não sendo possível a análise daquele sem que se considere essa. De acordo com Maingueneau (1997, p. 14), “não se trata de examinar um *corpus* como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis”.

Levando em conta a crítica empreendida por Maingueneau (2005) ao fato de algumas metodologias de análise privilegiarem ou o estudo da estrutura profunda dos textos ou sua superfície, pretendemos articular o exame da superfície (linguístico-discursiva) dos textos que compõem o *corpus* à estrutura social (mais profunda) que permitiu sua emergência. Isso implica partir do material linguístico para chegar às formações discursivas e às formações ideológicas que subjazem a elas, como mostra

o dispositivo de análise sugerido por Orlandi (2009, p. 77), cujas etapas se dispõem da seguinte maneira (Quadro 1):

Quadro 1 – Dispositivo e análise

1ª. etapa: Passagem da	Superfície Linguística	Texto
2ª. etapa: Passagem do	para o	(Discurso)
	Objeto Discursivo	Formação Discursiva
3ª. etapa:	para a	
	Processo Discursivo	Formação Ideológica

Fonte: Orlandi (2009, p. 77).

Considerando que a prática discursiva está intimamente ligada a outras séries de seu ambiente sócio-histórico, pretendemos observar como esses elementos, que podem à primeira vista parecer muito distantes, inter-relacionam-se na construção do dizer.

- a. em um primeiro momento, é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto de análise, isto é, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido à análise;
- b. em um segundo momento, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação. Por isso é necessário introduzir-se um dispositivo teórico que possa intervir na relação do analista com os objetos simbólicos que analisa, produzindo um deslocamento em sua relação com a interpretação: esse deslocamento vai permitir que ele trabalhe no entremeio da descrição com a interpretação (Orlandi, 2009, p. 60- 61).

Nesse sentido, o que se busca é compreender os efeitos de sentido pela análise de discursos, os quais são materializados em textos. As marcas textuais sinalizam os caminhos para que o analista consiga acessar as formações discursivas e ideológicas, compreendendo como se deu o processo discursivo, as escolhas dos ditos e não ditos, até que o sentido seja formado (Orlandi, 2009). A compreensão perpassa pela interpretação e pela descrição, que serão embasadas no referencial teórico.

Além disso, ao observarmos os discursos materializados nos textos, podemos verificar as lacunas que existem, os não ditos que atravessam os enunciados. Orlandi (1993) explica a importância de prestarmos atenção aos silêncios, tanto aqueles que são fundadores de algo, ao tornarem toda significação possível, como aqueles que podem ter sido objeto de censura, de silenciamento, ou ainda quando escondem

aquilo que não pode ser revelado. Para a autora, o não dizer também manifesta algo. A escolha do que dizer ou silenciar, do que pode ou não deve ser dito revelam as marcas das formações discursivas e ideológicas nos textos.

Assim, considerando os aspectos formais dos textos que compõem nosso *corpus*, adotamos como categorias de análise marcas da heterogeneidade enunciativa, propostas por Authier-Revuz (2012), que dão conta da presença de outras vozes nos discursos, além da do sujeito enunciador. Para a análise da tecitura textual, utilizamos, dentre essas marcas, categorias da heterogeneidade mostrada, conforme propostas por Maingueneau (1997). A escolha de semelhantes categorias foi feita com base em suas ocorrências nos textos. Para Maingueneau (1997), a heterogeneidade mostrada incide sobre as manifestações explícitas de outras vozes nos textos, enquanto a heterogeneidade constitutiva não é marcada na superfície textual, mas pode ser acessada investigando-se o papel do interdiscurso e das formações discursivas na constituição do sentido. A heterogeneidade mostrada se subdivide em marcada e não marcada, sendo o discurso direto e citações entre aspas exemplos de marcação. Para as não marcadas, temos recursos como a ironia, as metáforas e o discurso indireto.

Considerando as marcas textuais a serem observadas nesta pesquisa, evidencia-se a heterogeneidade mostrada, por meio do discurso relatado, que mostra a existência de outros sujeitos em um mesmo discurso, característica comum dos gêneros do discurso jornalístico. As marcas da heterogeneidade mostrada e não mostrada não devem ser interpretadas como simples citações ou recursos linguísticos que inserem outros dizeres nos textos, mas como discursos (interdiscurso) e posições de sujeito que atravessam o fio discursivo.

ANÁLISE

Nesta seção, analisamos as reportagens da revista *Veja* que noticiaram o Acampamento Terra Livre (ATL) realizado de 4 a 14 de abril de 2022, em Brasília. Esse evento é a maior mobilização indígena nacional e teve como tema: “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política” (Articulação dos Povos Indígenas no Brasil, 2022). Para compreender a representação da causa indígena no Brasil pela

revista, escolhemos analisar um conjunto com todas as reportagens publicadas no *site* da revista referentes ao ATL.

Em relação ao Acampamento de 2022, a revista publicou três matérias intituladas: “Encontros com índios e ‘caciques’ e as duas flechadas de Lula em Brasília. Ex-presidente chega à capital nesta segunda-feira, 11, e deve ficar lá por três dias” (Silva, 2022); “Em discurso para indígenas, Lula já fala em criar mais um ministério” (Dall’Agnol, 2022a); e “Nenhum fazendeiro tem direito de invadir terra indígena, diz Lula” (Dall’Agnol, 2022b).

Conforme a metodologia de Orlandi (2009), o primeiro passo da análise deve ser a passagem da superfície linguística (o texto) para o objeto discursivo (o discurso), por meio da compreensão do processo discursivo e das formações discursivas advindas das formações ideológicas. Ao examinarmos a reportagem intitulada “Encontros com índios e ‘caciques’ e as duas flechadas de Lula em Brasília. Ex-presidente chega à capital nesta segunda-feira, 11, e deve ficar lá por três dias” (Silva, 2022), observamos primeiramente as marcas textuais apresentadas já no título da matéria: o termo “índios”, a palavra entre aspas “caciques” e a metáfora “duas flechadas” para fazer referência às ações de Lula no Acampamento.

O uso da palavra “índios”, como vimos, é inapropriado para fazer referência aos povos originários, pelos sentidos pejorativos que carrega, além de homogeneizar muitas etnias, como se todas fossem iguais, fazendo-nos acessar, via memória, uma formação discursiva colonialista. Essa formação discursiva advém de uma formação ideológica calcada no preconceito e no racismo do olhar do colonizador em relação aos povos originários do Brasil, vistos de forma unificada, atrasada e não civilizada. Logo, ao utilizar a palavra “índios” no lugar de “indígenas”, o locutor silencia um processo de luta dos povos originários pelo reconhecimento de direitos e representatividade, reproduzindo um discurso colonial majoritário.

Já a adoção da palavra “caciques” entre aspas, ainda no título da reportagem, revela, conforme Maingueneau (2005; 2015), uma quebra discreta na sintaxe, mostrando ao leitor que a palavra entre aspas não encaixa totalmente no contexto, sem, contudo, explicar os motivos, devendo, o próprio leitor, assumir a responsabilidade pela interpretação. No caso em comento, a palavra foi retirada do contexto das relações sociais indígenas, e usada de modo metafórico para fazer

referência a líderes políticos. Contudo, assim como o uso da palavra “índio” assumiu, no país, uma nuance pejorativa, sendo usada para qualificar indivíduos considerados agressivos ou preguiçosos, por exemplo, o mesmo percebemos com a palavra “cacique” para se referir a alguns políticos, tidos como aqueles que mandam, que comandam seus redutos eleitorais, mantendo-se no poder de forma ininterrupta e inquestionável. Essa mesma palavra é utilizada, posteriormente, do mesmo modo, também no corpo da reportagem.

Para a Análise do Discurso, a metáfora não é apenas uma figura de linguagem, mas carrega em si a transferência do sentido, já que a tomada de uma palavra por outra modifica os significados ao trazer para um texto específico toda uma rede de sentidos ligada a nuances específicas da expressão metaforizada. A palavra não tem sentido por si só, pois seus efeitos de sentido se constroem na identificação das formações discursivas e ideológicas nas quais estão inscritas (Orlandi, 2009). No caso apresentando anteriormente, “caciques” se inscreve em uma formação discursiva colonial, atravessada pela ideologia racista e dominadora em relação aos povos originários.

Também temos, no mesmo título, outra expressão utilizada em sentido metafórico – “duas flechadas” – para fazer menção a ações de Lula durante o evento: encontrar “índios” e “caciques”. Do mesmo modo que as expressões anteriores, essa também se filia a uma formação discursiva colonial, que retoma uma imagem do indígena associada à violência, atualizada para nomear ações políticas de Lula durante o ATL.

Outras expressões metafóricas presentes na mesma matéria, que não necessariamente remetem a expressões historicamente associadas aos povos originários, mas as a ações de Lula, são “cardápio” e “enterro”:

Quadro 2 – Expressões metafóricas

“No cardápio ¹ , o enterro ² da pré-candidatura da senadora Simone Tebet (MDB-MS), que tenta se viabilizar, com o apoio de uma ala do partido, como candidata da	¹ Faz-se menção aos assuntos da reunião, como pratos dispostos em um cardápio. ² Referência a ataque político à pré-candidata na disputa eleitoral, no caso, Simone Tebet.
--	---

terceira via entre Lula e o presidente Jair Bolsonaro (PL).	
---	--

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em dados da pesquisa.

Como dito anteriormente, ainda que não sejam metáforas que façam menção direta aos povos originários, no contexto elas remetem ainda à ideia de caçar, caça, morte e alimentação. Mas, talvez a nuance mais significativa dessas expressões seja o fato de que a matéria jornalística deixa de abordar pautas discutidas no ATL para dar foco à disputa eleitoral para a Presidência da República no país, que aconteceria no final do ano. Assim, considerando, conforme Orlandi (1993), que a escolha das palavras e expressões não é neutra, sem propósito e que, ao transmitirem uma informação deixam de transmitir outras, ao não noticiar as pautas indígenas para dar destaque à disputa eleitoral que se desenhava no Brasil, percebe-se um silenciamento das demandas apresentadas no Acampamento em prol de uma pauta de “interesse nacional”.

Além das palavras entre aspas e metáforas, examinamos as citações diretas e indiretas, que são marcas da heterogeneidade mostrada no discurso. Segundo Maingueneau (1997), inspirado nos estudos de Authier-Revuz (1982), as citações remetem à presença de outras vozes nos discursos. Os Quadros 2 e 3 trazem a relação das citações diretas e indiretas presentes nas reportagens da revista *Veja*:

Quadro 3 – Usos do discurso direto

“Nenhum fazendeiro tem o direito de invadir o espaço indígena nesse país. Nenhum brasileiro tem o direito de plantar soja de forma ilegal, de fazer queimada para criar gado [...] Tem muita terra sem que seja necessário ofender as nossas reservas florestais, [sem ofender] o espaço aonde mora os povos indígenas para plantar soja, criar gado, e muito menos para garimpar”, disse o ex-presidente.
“Vocês não são crianças para serem tuteladas, vocês são povos inteligentes [...] e agora vocês me deram uma ideia. Se a gente criou o Ministério da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos, da Pesca, por que a gente não pode criar um ministério para discutir as questões indígenas?”, disse o ex-presidente.
Renan deixou claro o que pensa a parte do MDB na qual se insere. “Para fazer o enfrentamento do Bolsonaro tem que ser com a candidatura do Lula. Não tem nada em segredo. Temos 14 diretórios cujas lideranças preferirão Lula, lideranças que têm projeto de poder estadual, têm governo, têm prefeituras de capitais e têm uma grande quantidade de prefeituras nos municípios”, disse. “Lula virá a Brasília

e vamos conversar sobre circunstâncias estaduais, como ficarão os apoiadores do Lula no MDB e como encaminharemos nossa posição na convenção partidária”, completou.

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em dados da pesquisa. (2023)

Quadro 4 – Usos do discurso indireto

Lula (PT) defendeu a demarcação de terras indígenas e discursou contra o marco temporal e a ocupação irregular dos territórios dos povos originários. Lula prometeu, ainda, criar um “revogaço” de decretos assinados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) na área ambiental e que “criem empecilhos” à luta indígena.
Por outro lado, ruralistas defendem que haverá o risco de desapropriações de terra caso o marco temporal não seja aprovado, e argumentam que é preciso “segurança jurídica”.
Lula defendeu, ainda, que lideranças indígenas participem da elaboração do programa de seu futuro governo e prometeu criar um “revogaço” de decretos assinados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) na área ambiental e que “criem empecilhos” à luta indígena.

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em dados da pesquisa. (2023)

Analisando os enunciados dos Quadros 3 e 4, percebemos que em nenhuma das reportagens da revista houve citações de depoimentos de “indígenas”. Considerando as três matérias, duas pessoas foram citadas diretamente: Lula (então pré-candidato à presidência) e Renan Calheiros (senador do partido MDB). Revela-se, portanto, no processo de silenciamento dos indígenas, uma marca do silêncio local (Orlandi, 1993), no qual a fala dos indígenas são censuradas.

Assim, percebe-se a confirmação do processo de discriminação em relação aos indígenas, rejeitando-se a voz desses povos, ao não lhes ser concedido espaço de fala. Assim, ainda que as matérias apresentem pautas trazidas pelos indígenas no ATL, o pré-candidato Lula é o portador das demandas.

Desse modo, considerando que o processo de análise deve passar pelo questionamento do que pode ser dito e por quem, nota-se que há, por parte da revista, o registro das pautas indígenas, ainda que as discussões referentes às eleições de 2022 tenham tido destaque. Todavia, ao nos perguntarmos “quem diz?”, verificamos que a relação de poder estabelecida pela formação discursiva colonial permanece. Assim, a colonialidade, por meio da memória, propaga a ideia de hierarquia que

inferioriza os indígenas em comparação aos brancos, pois aqueles são vistos como não dotados de autonomia, necessitando que estes falem por eles. Desse modo, ao silenciar as falas dos povos originários – protagonistas e reivindicantes do evento político noticiado – vemos, mais uma vez, a inscrição do sujeito em uma formação ideológica fundada em uma visão racista dos povos originários, refletindo o racismo estrutural enraizado no Brasil e a perduração da lógica colonial no tempo (Mignolo, 2017; Quijano, 2005).

A citação de Lula: “nenhum fazendeiro tem o direito de invadir o espaço indígena nesse país” (Dall’Agnol, 2022b), ao utilizar a palavra “invadir”, nos remete aos valores decoloniais que defendem que as terras indígenas foram e são invadidas e exploradas. Na citação do pré-candidato à presidência “você não são crianças para serem tuteladas, você são povos inteligentes” (Dall’Agnol, 2022a) também são demonstrados traços de falas contra a colonialidade, por combater a ideia de que os indígenas não são inteligentes ou seriam incapazes (precisariam de tutela do branco e do Estado). Apesar de percebermos formações discursivas decoloniais nas citações, o discurso colonialista, como afirmado, mostra-se evidente nas reportagens, já que não são os povos originários que sustentam tais dizeres.

Conforme Orlandi (2009) a memória revela-se no discurso no nível do interdiscurso, que é o saber pré-construído que faz parte das formações discursivas. Por meio do interdiscurso, observamos, nas reportagens, a memória discursiva que representa uma formação discursiva que concebe os indígenas como dependentes dos brancos, com uma imagem de passividade e falta de autonomia. Além disso, muitas vezes, as pautas defendidas no ATL foram colocadas em segundo plano em relação às eleições presidenciais que aconteceriam no Brasil naquele ano, num processo de apropriação do evento ATL. Dessa forma, as formações discursivas e ideológicas que atravessam os textos revelam a continuidade de discursos coloniais e de memórias racistas em relação aos indígenas, ainda que haja registros da formação discursiva decolonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho objetivamos compreender a representação da causa indígena em reportagens da revista *Veja* sobre o Acampamento Terra Livre de 2022. Nosso *corpus* foi composto por três reportagens publicadas em abril de 2022, que foram analisadas à luz da Análise de Discurso Francesa e da abordagem decolonial de pesquisa.

As formações discursivas presentes nas matérias revelaram discursos coloniais, racistas e discriminatórios, na medida em que não foi concedido espaço de fala para os indígenas e que suas pautas foram, muitas vezes, colocadas em segundo plano para dar espaço às eleições presidenciais de 2022. Foram observados também o uso metafórico de vocábulos preconceituosos, historicamente associados aos povos originários. Manifestações decoloniais foram observadas nas citações do então pré-candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda assim, predominaram nas reportagens as formações discursivas coloniais, fundadas em formações ideológicas coloniais e racistas arraigadas na sociedade brasileira.

Com esta pesquisa, buscamos dar nossa contribuição às discussões acerca da representação dos povos originários, especialmente no discurso da mídia hegemônica do país. Assim, adotando o arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso, observamos como os textos construíram e atribuíram sentido à causa indígena, por meio da análise de recursos linguísticos que funcionaram como mecanismos de reprodução do discurso colonial. Como os textos não são isolados da sociedade, os discursos que os constituem reverberam visões de mundo impregnadas na estrutura social e no imaginário coletivo.

Por fim, destacamos a relevância de se prosseguir com estudos semelhantes, incluindo a análise de outras revistas e jornais e de conteúdos publicados em redes sociais indígenas, para termos dados que nos permitam realizar um estudo comparativo desses processos de representação da causa indígena na atualidade. Acreditamos que tais estudos possam contribuir para o questionamento da perspectiva colonial e racista no Brasil e para pensar em formas de se buscar uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Revista Acampamento Terra Livre**. Brasília: APIB, 2022. Disponível em: <https://apiboficial.org/atl2022/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, v. 19, p. 25-42, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636824>. Acesso em: 18 dez. 2024.

BARBOSA, E. D. **A questão indígena Raposa/Serra do Sol na mídia escrita: do estereótipo ao racismo**. 2010. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14168?mode=simple>. Acesso em: 18 dez. 2024.

DALL'AGNOL, L. Em discurso para indígenas, Lula já fala em criar mais um ministério. *In: Veja*. São Paulo, 12 abr. 2022a. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/em-discurso-para-indigenas-lula-ja-fala-em-criar-mais-um-ministerio/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

DALL'AGNOL, L. 'Nenhum fazendeiro tem direito de invadir terra indígena', diz Lula. *In: Veja*. São Paulo, 12 abr. 2022b. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/nenhum-fazendeiro-tem-direito-de-invadir-terra-indigena-diz-lula/>. Acesso em: 24 nov. 2022.

DORRICO, J. Vozes da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária. *In: DORRICO, J. et al. (org). Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Fi, 2018. p. 227-255. Disponível em: <https://www.editorafi.org/438indigena>. Acesso em: 18 dez. 2024.

DUTRA, M. S. **A natureza da mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2.ed. São Carlos: Claraluz, 2008.

GRUPO ABRIL. **Bem-vindos à indústria do conhecimento**. São Paulo, [2022]. Disponível em: <https://publiabril.abril.com.br/especiais/publi-abril/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

GRUPO DE MÍDIA. **Mídia dados: Brasil, 2021**. São Paulo: Para Todxs, 2021. Disponível em: https://storage.googleapis.com/selfbi_static/midiadados/oldies/midia-dados-2021.pdf. Acesso em: 18 abr. 2023.

LUCIANO, G. dos S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília, DF: Ministério da Educação: Secretaria de

Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: LACED/Museu Nacional, 2006. (Coleção educação para todos).

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Tradução de Freda Indursky. Campinas: Pontes: Editora da Unicamp, 1997.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos Discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2015.

MELO, P. de M. **Sujeitos sem voz: agenda e discurso sobre o índio na mídia em Pernambuco**. 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3295/1/arquivo4567_1.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>. Acesso em: 15 mar. 2024.

ORLANDI, E. P. **As formas de silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

OS 50 ANOS de Veja: uma linha do tempo. In: **Veja**. São Paulo, 12 jul. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/os-50-anos-de-veja-uma-linha-do-tempo/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REIS, M. de N.; ANDRADE, M. F. F. de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 202, p. 1-11, mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41070>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ROSA, F. M. S. C. da. A invenção do índio. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 257-277, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/58523>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ROSA, F. M. S. C. da. Representações do indígena na literatura brasileira. *In*: DORRICO, J. *et al.* **Literatura indígena brasileira contemporânea**: criação, crítica e recepção. Porto Alegre: Fi, 2018. p. 257-293.

RUBIM, D. S. **Vozes indígenas**: entre apagamentos, estigmas e resistências: discursos midiáticos da região Norte do Brasil sobre povos e lideranças indígenas. 2021. Tese (Doutorado em Linguística) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/15500/VERS%c3%83O%20FINAL.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SILVA, J. B da. Encontro com índios e ‘caciques’ e as duas flechadas de Lula em Brasília. *In*: **Veja**. São Paulo, 11 abr. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/encontros-com-indios-e-caciques-e-as-duas-flechadas-de-lula-em-brasilia/>. Acesso em: 25 nov. 2023.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

Sobre as autoras

Carla Leila Oliveira Campos

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre e Licenciada em Letras pela Universidade Federal de São João del-Rei. Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas, lotada no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, no *campus* de Varginha/MG. Docente do Mestrado Profissional em Administração Pública e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade. Desenvolve pesquisas na área de Linguística, com ênfase em Análise Linguística e Análise do Discurso.

Jaqueline Tavares Anderson

Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas, pesquisadora na área de sociedade, com foco em discursos e lutas sociais. Graduada em Direito pela Universidade José do Rosário Vellano. Advogada e pós-graduada em Direito Digital e Compliance pela instituição Damásio-IBMEC. Tem experiência na área de Direito, atuando principalmente nas seguintes áreas: Mediação de conflitos, Direito Civil, Direito Penal, Direito Ambiental e lutas sociais.